

PETIÇÃO 13.033 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
REQDO.(A/S)	: SOB SIGILO
ADV.(A/S)	: SOB SIGILO
AUT. POL.	: SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de PET autuada a partir de representação subscrita pelo Delegado de Polícia Federal LEONARDO AMÉRICO ANGELO SANTOS, pela expedição de mandados de busca e apreensão e de busca pessoal em face de LINCOLN MACIEL BARROS (CPF 001.039.971-21), ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA (CPF 137.175.533-72), SUELI EDNA MACIEL (CPF 415.918.101-59), JOSELENE MARIA SERGIA BASTOS

PET 13033 / DF

(CPF 419.152.591-34), MIOGRE TAVARES CORONHEIRO (CPF 701.702.661-68), PRISCILA ANDRADE MORALES (CPF 727.185.521-15), ANTONIA APARECIDA DE SOUSA ALBUQUERQUE (CPF 833.090.961-00), MARTA MARIA GOMES DE CARVALHO (CPF 044.212.241-11), VANDERLY ARAUJO DE CARVALHO (CPF 223.153.151-00), BRUNO AMARAL MACHADO (CPF 019.370.171-50), Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO (CPF 934.054.561-34), VILMA MARIA DE LIMA (CPF 277.026.771-04), DENIS MARQUES SOARES BARBOSA (CPF 050.917.061-78), TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA (CPF 700.606.041-90), RENAN DOS SANTOS GAMA (CPF 056.246.131-05), STEPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA (CPF 710.791.871-03), JOELSON PEREIRA MARTINS (CPF 027.222.731-52), MARLON WANDERSON LIMA BARBOSA (CPF 032.738.441-75), e STEFANI MAURICIO VIEIRA BRANCO (CPF 864.937.601-00) (fls. 3-41).

Consta da representação a prática de condutas pelos investigados que caracterizam, em tese, os delitos de peculato-desvio (art. 312, *caput*, do CP), falsificação de documento particular (art. 298, CP) e associação criminosa (art. 288, CP), constatadas a partir de

“identificação de um agrupamento de pessoas, com estrutura ordenada e divisões de tarefas, inserida em ambiente político, voltado para tredestinar verbas parlamentares, no caso sob a rubrica do Deputado Federal Gustavo Gayer, mediante expedientes fraudulentos, consistentes em falsificações de documentos (ideal e externa), além do empenho de custos empresarias à conta pública” (fls. 4-47).

Conforme conclusão da autoridade policial:

“No caso concreto, identificou-se com nitidez que Gustavo Gayer era quem dava a última palavra (autoria intelectual). Ora, foi ele quem assinou o ofício oferecendo a assessoria a João Paulo, e, posteriormente, ciente do impedimento que inquinava este último, imprimiu expedientes fraudulentos consistentes na contratação da empresa ‘Goiás Online’ com a finalidade velada

de remunerar João Paulo. Ainda, era Gayer quem direcionava seus assessores na organização de seus empreendimentos privados (*‘Loja Desfazueli’* e escola de inglês *‘Gustavo Gayer Language Institute’*), as quais eram mantidas, no mesmo endereço e de forma concomitantemente, a seu gabinete político, o qual era naturalmente mantido com recursos públicos.”

A autoridade policial, por meio do Ofício 4089661/2024, de 3/10/2024, solicitou a exclusão do nome de ANTONIA APARECIDA DE SOUSA ALBUQUERQUE, que por equívoco constou da peça técnica, mas que não possui vínculos com a investigação.

Com vista dos autos, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo acolhimento da representação da autoridade policial, com exceção da possível busca nas dependências do Congresso Nacional. Em relação a ANTONIA APARECEDIA DE SOUSA ALBUQUERQUE concordou com a sua exclusão do rol de representados, nos moldes requeridos pela autoridade policial (fls. 547-568).

A Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores, órgão da Polícia Federal, encaminhou o Ofício nº4242185/2024 – CINQ/CGRC/DICOR/PF com o pedido de protocolo das informações de endereços de 3 (três) alvos constantes da representação policial (Petição STF 0132903).

É o Relatório. DECIDO.

1 – SUPOSTA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA CENTRALIZADA NA PESSOA DO DEPUTADO FEDERAL GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO

A presente investigação é um desdobramento daquela desenvolvida na PET n. 12.042/DF, que investiga possível associação criminosa cuja figura central é o Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO.

PET 13033 / DF

As investigações que resultaram na representação policial ora analisada iniciaram-se no contexto dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8/1/2023, após terem sido deferidas as medidas de busca e apreensão, quebra de sigilo telemático e prisão preventiva em face de João Paulo de Sousa Cavalcante, nos autos da PET n. 11.562/DF, por ter financiado, incitado e participado dos atentados aos edifícios-sedes dos Três Poderes em Brasília/DF.

Após a análise do celular apreendido em poder de JOÃO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE, a Polícia Federal colheu elementos informativos do desvio de recursos públicos para a prática dos atos antidemocráticos, prática levada a efeito conjuntamente com o Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO.

Tais fatos serviram de base à instauração da PET n. 12.042/DF, na qual foi concedida autorização para a investigação do parlamentar.

A Polícia Federal, na presente representação, narra a prática de quatro condutas criminosas praticadas por associação criminosa, cuja figura central é o Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO. São elas:

- a) Peculato desvio, supostamente configurado na contratação do assessor João Paulo de Sousa Cavalcante, por intermédio da empresa “Goiás Online” (art. 312, *caput*, do Código Penal);
- b) Peculato desvio, supostamente configurado através do uso de verba pública para remuneração de empresa particular (art. 312, *caput*, do Código Penal);
- c) Falsificação de documento particular, supostamente configurado na aquisição de OSCIP mediante falsificação de documento particular (art. 298 do Código Penal); e
- d) Associação criminosa (art. 288 do Código Penal).

O quadro fático configurador de cada uma dessas condutas foi bem delineado na representação policial, integralmente encampada pela

Procuradoria-Geral da República e será delineado no decorrer desta decisão.

2 – PECULATO DESVIO, SUPOSTAMENTE CONFIGURADO NA CONTRATAÇÃO DO ASSESSOR JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE (ART. 312, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL)

A Polícia Federal, após analisar as mídias apreendidas com JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE durante a busca e apreensão determinada nos autos da PET n. 11.562/DF encontrou indícios, conforme IPJ nº 289/2023, de que JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE teria utilizado a empresa “GOIÁS ONLINE”, contratada pelo gabinete do Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO, com o fim de burlar vedação legal à sua contratação como Assessor Parlamentar, uma vez que não preencheria os requisitos exigidos.

Consta da representação que, a empresa “GOIÁS ONLINE”, cujo objeto seria publicidade e marketing, na verdade gerenciava a agenda do Deputado Federal Gustavo Gayer, contrariando os termos das notas fiscais emitidas, e confirmaria a conduta criminosa elencada pela Polícia Federal. Eis os termos da representação policial:

“A análise das mídias apreendidas com João Paulo de Sousa Cavalcante, conforme a IPJ nº 289/2023 traz indícios que o Deputado Federal Gustavo Gayer estava disposto a contratar João Paulo de Sousa Cavalcante para a função de secretário parlamentar e que tal contratação não foi possível diante da inexigibilidade de João Paulo em razão de ter tido prestação de contas eleitoral julgada omissa. Cientes da impossibilidade da contratação pelo gabinete legislativo, para burlar tal impedimento, foi firmada contratação por intermédio da empresa (Goiás Online). Com efeito, as atividades desempenhadas pela Goiás Online, sob a fachada de serviços de publicidade e marketing, na realidade consistiam em assessoria

parlamentar, o que foi evidenciado pelo gerenciamento da agenda do Deputado por JOÃO PAULO. Destarte, tais circunstâncias contrariam os termos das Notas Fiscais emitidas e indicam que os serviços prestados não correspondiam ao declarado oficialmente. A conduta mencionada, conforme as lições do professor Olavo Evangelista Pezzotti, configura a prática do delito de peculato na sua modalidade de desvio. Veja-se:

(...)

Comprovando o ajuste prévio, a partir do qual o esquema de desvio da verba parlamentar foi firmado, segue cópia de ofício assinado pelo Deputado Federal Gustavo Gayer, em 20 de dezembro de 2022, tendo como por escopo formalizar o convite de sua assessoria em favor de João Paulo de Sousa Cavalcante. Veja-se:

(...)

Prosseguindo, em consulta ao portal da transparência da Câmara dos Deputados, foi possível identificar que João Paulo de Sousa Cavalcante recebeu, por intermédio de sua empresa, o valor total de R\$24.000,00, em 3 parcelas mensais de R\$8.000,00, nos meses de março, abril e maio. Os fatos narrados, se confirmados, enquadram-se no fato tipificado como peculato no Código Penal.”

Nesses termos, verifico que os elementos informativos colhidos indicam, em tese, conduta criminosa consumada através de contratação fraudulenta da pessoa jurídica denominada “GOIÁS ONLINE” , com fins e para desempenho de atividade alheia à declarada, com posterior efetivação de diversos pagamentos, propiciando o desvio de verbas públicas.

3 – PECULATO DESVIO, SUPOSTAMENTE CONFIGURADO ATRAVÉS DO USO DE VERBA PARLAMENTAR PARA O FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS PARTICULARES (ART. 312,

CAPUT, DO CÓDIGO PENAL)

A análise dos dados extraídos das mídias eletrônicas apreendidas revelou indícios de que o Deputado Federal GUSTAVO GAYER teria utilizado espaço físico (Rua T-38, nº 147, QD 116, LT 11, Setor Bueno, Goiânia/GO) alugado com verbas de cota parlamentar, supostamente destinado ao funcionamento de Gabinete Parlamentar, para a operação da empresa Loja Desfazueli (CNPJ nº 49.602.710/0001-80) e escola de inglês Gayer Language Institute.

Além disso, as mídias extraídas na busca e apreensão determinada na PET n. 12.042 teriam revelado que os secretários parlamentares de GUSTAVO GAYER eram utilizados, no espaço físico locado com verbas de cota parlamentar, para atender às demandas da LOJA DESFAZUELI, que está registrada em nome de GABRIEL SANDER DE ARAÚJO GAYER, filho do Deputado Federal GUSTAVO GAYER. A prática configuraria, em tese, o crime de peculato desvio (art. 312, *caput*, do Código Penal).

Sobre o ponto, a representação policial:

“Para além dos desvios em favor de João Paulo, existem indícios que o Deputado Federal Gustavo Gayer pôde ter empregado recursos públicos, de cota parlamentar, destinados a arcar com aluguel de Gabinete Parlamentar, que era usado também para funcionamento de sua empresa particular - a escola de inglês Gayer e Gayer Idiomas Ltda (CNPJ nº 18.507.752/0001-09). O levantamento da Polícia Federal constatou que, o espaço físico, situado a Rua T-38, nº 147, QD 116, LT 11, Setor Bueno, Goiânia/GO, locado com cota parlamentar seria utilizado não só para funcionamento da escola de inglês Gayer e Gayer Idiomas, mas também para o desempenho das demandas referentes à Loja Desfazueli (CNPJ nº 49.602.710/0001-80).

A análise dos dados extraídos das mídias apreendidas demonstra indícios de que os secretários parlamentares de

Gustavo Gayer utilizavam o mesmo espaço físico do gabinete para dar cumprimento a demandas afetas à Loja Desfazueli – o próprio Deputado Federal ordenou, em conversa com João Paulo, que esse ‘leve as camisetas e adesivos para escola’. Dessa forma, funcionaria no ambiente a escola de inglês Gayer Language Institute, o gabinete político do deputado federal, e as atividades presenciais da empresa Loja Desfazueli - sendo os dois últimos realizados pela equipe de secretários parlamentares. Os valores mensalmente pagos através de cota parlamentar variam, desde fevereiro de 2023, de R\$6.000,00 (seis mil reais) a R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Nesse ponto específico, verifica-se que a atividade privada capitaneada pelo congressista internaliza a integralidade dos bônus e somente parcialmente os ônus. Ora, como cediço, internalizar os custos de um empreendimento significa levar em conta os custos ambientais e administrativos, incluindo especialmente as despesas básicas com os serviços essenciais (água, energia elétrica, internet, tributos, etc.) na elaboração dos custos de produção e, conseqüentemente, assumir esses custos, sendo certo que esse expediente é elementar no universo da atividade privada. Ocorre que, ao direcionar a verba parlamentar para assunção de tais encargos, para além da irrefutável tredestinação da *res publica*, o parlamentar acaba por desequilibrar o ambiente concorrencial do setor, ante a matemática e objetiva posição de vantagem que se colocou.”

Efetivamente, os indícios colhidos pela Polícia Federal revelam que o Deputado Federal GUSTAVO GAYER teria empregado seus secretários parlamentares, remunerados com recursos públicos, para o desempenho de demandas privadas, bem como teria utilizado verbas públicas para manter, ainda que parcialmente, essas atividades privadas, uma vez que funcionariam em local custeado com verbas de cota parlamentar.

4 - AQUISIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO COM POSTERIOR FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR/FALSIDADE IDEOLÓGICA PARA QUALIFICÁ-LA COMO ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR, COM O FIM DE PERCEBER VERBAS PÚBLICAS (ART. 298 OU 299 DO CÓDIGO PENAL)

Os elementos informativos colhidos por meio da busca e apreensão e quebras de sigilo das mídias eletrônicas indicam que GUSTAVO GAYER, por intermédio de seus assessores, teria adquirido uma associação inativada que satisfizesse o requisito temporal, com a intenção de qualificá-la como entidade do terceiro setor, com o fim de utilizá-la para o recebimento de verbas públicas destinadas por meio de emendas parlamentares. Tais conclusões são extraídas de conversas captadas na IPJ 289/2023, cujos interlocutores são João Paulo de Sousa Cavalcante e Joselene Maria Sérgia Bastos (fl. 13-17)

Nos termos da representação policial, os elementos reunidos na IPJ nº 216/2024 indicam que os envolvidos teriam falsificado documentos particulares, tais como atas de reunião, com o fim de conferir legitimidade à associação.

Tais condutas indicam, ao menos, a prática da falsificação de documento particular (art. 298 do Código Penal), como aventado pela autoridade policial, ou mesmo falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), como concluiu a Procuradoria-Geral da República (fl. 566).

Conforme consta na representação policial:

“As análises realizadas pela Polícia Federal encontraram indícios de que o Dep. Federal Gustavo Gayer, por seus assessores, adquiriu uma associação, desativada em nome de terceiros, e a pretendem qualificá-la como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o recebimento de verbas públicas por emendas parlamentares. Para tanto, foram realizadas diversas simulações contratuais para incorporar uma entidade que satisfizesse o aspecto

temporal (mais de 10 anos de existência), além do viés teleológico, consistente nas certificações perante o poder público respectivo. Este o cenário, até o presente estágio probatório, existe indícios da prática de, ao menos, 02 (dois) atos diferentes de falsificação de documento particular, quais sejam, 02 atas de reuniões da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental - ASCOMPECO, CNPJ 03.578.486/0001- 38, comportamento voluntário que se amolda ao Art. 298 do Código Penal: Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro; pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.”

Portanto, das apurações efetivadas pela Polícia Federal, é possível extrair indícios veementes de que a aquisição de associação privada e posterior adulteração dos documentos a ela relacionados, pela associação criminosa, ocorreu com o intuito de qualificá-la para angariar e gerir recursos públicos, destinando-os para fins não previstos legalmente.

5 – DA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288 DO CP)

A Polícia Federal apurou que há dois núcleos da associação criminosa. Um dos núcleos operaria no gabinete do Deputado Federal e envolveria assessores e pessoas próximas, enquanto o outro núcleo envolveria os investigados responsáveis por operacionalizar associações de “fachada” com o fim de receber recursos públicos. Além disso, dos fatos narrados, é possível perceber a estabilidade do grupo criminoso.

Sobre o ponto, a representação da Policial:

“Dos fatos investigados e dos elementos de prova coletados ao longo da presente investigação, emerge-se que os delitos se relacionam entre si e que foram cometidos em conluio pelos investigados, configurando, em tese, a prática de

associação criminosa conforme previsto no artigo 288 do Código Penal. Apurou-se que os envolvidos se organizaram de forma estável e permanente, com o intuito de cometer uma série de infrações penais. A apuração sugere a existência de pelo menos dois núcleos de associações criminosas distintas. Um núcleo operava internamente no gabinete do deputado, envolvendo assessores e outras pessoas próximas ao parlamentar, enquanto o outro núcleo incluía indivíduos ligados ao contador responsável, os quais estavam engajados na operacionalização de associações de fachada ou 'laranjas'.

Essas entidades seriam utilizadas para viabilizar o desvio de recursos públicos, sendo essa operação perpetrada pelo núcleo associativo vinculado diretamente ao gabinete do deputado. As ações destes grupos incluíam a criação e uso de entidades inativas ou fictícias, como a OSCIP mencionada no item 2.3, visando a canalização irregular de verbas parlamentares e outras vantagens econômicas. Consequentemente, os membros dessas associações criminosas, ao agirem conjuntamente e coordenadamente, evidenciam o propósito de obter proveito das infrações penais planejadas e executadas em grupo, caracterizando a conduta criminalmente tipificada no Artigo 288 do CP: Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes; Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.”

Indubitável, portanto, haver indícios concretos da prática do crime de associação criminosa previsto no art. 288 pelos investigados objeto da representação policial, uma vez que a associação criminosa centrada na figura do Deputado Federal GUSTAVO GAYER revelou-se estável e composta diversas pessoas em número superior a 3 (três).

6 – ROL DOS INVESTIGADOS OBJETO DA BUSCA E APREENSÃO DESTA REPRESENTAÇÃO E SUAS CONDUTAS

São, ao todo, 18 (dezoito) investigados alvos da representação policial, todos eles com suposto envolvimento nas práticas criminosas relatadas na representação policial e manifestação da Procuradoria-Geral da República. São eles:

1) **Antônio Carlos Gomes da Silva** – é o contador responsável por conduzir todo o trâmite de regularização da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental - ASCOMPECO, (conforme a IPJ n. 121/2024), através do uso de documentos aparentemente falsos (IPJ nº 208/2024).

2) **Bruno Amaral Machado** - secretário parlamentar do Deputado Federal Gustavo Gayer. Os elementos colhidos indicam que Bruno desempenhava responsabilidades significativas na operação da pessoa jurídica DESFAZUELI, condizentes com atividades de administração. Teria sido, também, responsável por encomendar camisetas para comercialização pela loja e efetuar pagamentos a ela relacionados.

3) **Denis Marques Soares Barbosa** - JOÃO PAULO teria solicitado a DENIS MARQUES SOARES BARBOSA, seu amigo, que fornecesse seu nome para que constasse como Presidente da ASCOMPECO (IPJ 289/2023). A Polícia Federal apurou que, efetivamente, o nome de DENIS constou da ata protocolada no Cartório da Comarca de Cidade Ocidental como novo presidente da associação (IPJ n. 29/2023).

4) **Gustavo Gayer Machado de Araújo** - Deputado Federal, apontado nas investigações como peça central da associação criminosa investigada e autor intelectual dos possíveis crimes acima descritos, responsável por direcionar as verbas parlamentares para atividades de particulares, as quais

tinham o intuito de movimentar atos antidemocráticos, e autorizar a participação dos demais integrantes do grupo nestas atividades.

5) **Joelson Pereira Martins** secretário parlamentar do Deputado GUSTAVO GAYER. Há indícios de que, embora fosse remunerado por seus serviços prestados como secretário parlamentar investigado, concomitantemente desempenhava funções na empresa “DESFAZUELI” recebia remuneração por seu serviço como secretário, por meio de recursos públicos, ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas à loja DESFAZUELI. Ficou comprovado que JOELSON atuou como designer gráfico em alguns documentos relacionados à instituição. Além disso, o nome de STEPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA, esposa de JOELSON PEREIRA MARTINS, constou da ata protocolada no Cartório da Comarca de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria (IPJ n. 29/2023).

6) **Joselene Maria Sergia Bastos** – Conforme a representação policial, a investigada, assistente social, teria colaborado com os assessores indicados pelo Deputado GUSTAVO GAYER para a aquisição de uma associação que já tivesse um CNPJ preexistente, visando o futuro recebimento de recursos públicos (IPJs nº 121/2024 e 193/2024). Inclusive, a Polícia Federal destaca conversas de Joselene e João Paulo nesse sentido (IPJ 289/2023). Além disso, teria confeccionado os documentos enviados aos cartórios (IPJs 191/2024 e 289/2023).

7) **Lincoln Maciel Barros** – teria sido o responsável por protocolar o requerimento de registro da IDISE perante o Cartório de Luziânia. Além disso, teria constado na ata protocolada como presidente da associação. A proximidade com GUSTAVO GAYER é comprovada através de postagens em rede social reproduzidas na representação policial.

8) **Marlon Wanderson Lima Barbosa** - Conforme IPJ

121/2024, o investigado foi indicado por GUSTAVO GAYER para assumir a presidência da IDISE. Essa indicação teria ocorrido após o afastamento de João Paulo das tratativas relacionadas à associação. A IPJ n. 184/2024 traz indícios da proximidade de MARLON com GUSTAVO GAYER, JOSELENE BASTOS e JOÃO PAULO, por meio de uma imagem fotográfica do grupo reunido. A investigação aponta que o endereço residencial de MARLON foi utilizado como endereço provisório da IDISE nos documentos enviados ao cartório.

9) **Marta Maria Gomes de Carvalho** - filha de Antônio Carlos Gomes da Silva, contador responsável pela documentação da ASCOMPECO. Teria sido a responsável pelo protocolo do pedido de registro de ata pela associação ASCOMPECO, em 17 de maio de 2023, no Cartório de Cidade Ocidental. Na ocasião, Marta forneceu seu número de telefone e o e-mail de seu pai como contatos ao Cartório. Nos termos dos elementos colhidos pela Polícia Federal, a ata entregue por MARTA MARIA GOMES DE CARVALHO ao Cartório apresentava diversas inconsistências que indicavam crime de falsidade ideológica.

10) **Miogre Tavares Coronheiro** – seria o novo vice-presidente da IDISE conforme a ata protocolada perante o Cartório de Luziânia como novo vice-presidente da IDISE. A Polícia Federal que MIOGRE é amigo de LINCOLN e apoiador de GUSTAVO GAYER.

11) **Priscilla Andrade Morales** – Conforme representação policial, PRISCILLA ANDRADE MORALES é casada com Miogre Tavares Coronheiro. Seu nome teria constado da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia como integrante da nova diretoria da IDISE, na qualidade de tesoureira.

12) **Renan dos Santos Gama** - seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental na

qualidade de integrante da nova diretoria da IDISE.

13) **Stefani Mauricio Vieira Branco** - é assessor parlamentar do Deputado Federal GUSTAVO GAYER. Os indícios colhidos pela Polícia Federal apontam que STEFANI teria assumido, na associação criminosa, as responsabilidades anteriormente atribuídas a JOÃO PAULO DE SOUSA CAVALCANTE, referentes à criação da associação denominada IDISE, tudo em colaboração com JOSELENE MARIA SERGIA BASTOS. Nos termos da IPJ n. 121/2024, STEFANI teria sugerido que sua esposa, FLAVIA SOUSA DE ALBUQUERQUE, ocupasse o cargo de Presidente da associação e propôs a inclusão do nome de seu irmão na diretoria da pessoa jurídica.

14) **Stephany Cristina Aguiar Silva** - seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria da IDISE. É esposa de outro investigado, JOELSON PEREIRA MARTINS.

15) **Sueli Edna Maciel** – genitora de Lincoln Barros Maciel. Seu nome consta na ata protocolada no Cartório de Luziânia como integrante da nova diretoria da IDISE, na função de secretária.

16) **Tácilo Caiky Alves Pereira** - seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental na qualidade de integrante da nova diretoria da IDISE.

17) **Vanderly Araujo de Carvalho** – A Polícia Federal apurou que a investigada efetuou a venda do CNPJ da associação privada previamente existente para Gustavo Gayer, conforme comprovantes de transferência de valores constantes da IPJ 289/2023. Além disso, foi identificada a assinatura da investigada nos documentos da IDISE enviados para registro em cartório.

18) **Vilma Maria de Lima** - sua assinatura teria constado da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia, o que indicaria, em tese, algum grau de colaboração.

7 – BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR E PESSOAL

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC nº 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

Estão presentes os requisitos do art. 240 do Código de Processo Penal, necessários ao deferimento de ordem judicial de busca e apreensão em seu endereço residencial, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais em relação aos investigados.

Nesse sentido, se manifestou a Procuradoria-Geral da República (fls. 137-139v):

“A inviolabilidade domiciliar expressa uma garantia constitucional que protege direitos fundamentais de expressiva relevância para a proteção da personalidade. Não se reveste, contudo, de caráter absoluto e pode ser excepcionada, especialmente quando apresentados indícios de que, no domicílio de suspeito, encontram-se elementos relacionados com crimes - a chamada *justa causa*. Daí o art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal definir a medida cautelar de busca e apreensão como providência legítima, quando visa a apreender instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, descobrir objetos necessários à prova de infração e colher quaisquer elementos de convicção que se mostrarem relevantes.

A representação estabelece um quadro fático-probatório indicativo da necessidade e pertinência de medidas de busca e apreensão pessoal e domiciliar. Descrevem-se fortes indícios dos crimes previstos nos arts. 312, §12 (peculato-desvio), 299 (falsidade ideológica) e 288 (associação criminosa), todos do Código Penal.

O pedido da autoridade policial convence da imprescindibilidade da providência, em prol do avanço das investigações, que podem se beneficiar do achado de documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados reveladores de circunstâncias delituosas, da eventual participação de outros agentes, propiciando uma mais completa compreensão de condutas relevantes. As buscas em face dos possíveis integrantes da pessoa jurídica adquirida pelo grupo criminoso pode ajudar a esclarecer se esta se encontra em funcionamento e eventualmente recebendo recursos públicos.

Há necessidade, ainda, de que seja concedida à Autoridade Policial autorização para acessar equipamentos e dispositivos eletrônicos eventualmente apreendidos no cumprimento das medidas requeridas, inclusive eventuais dispositivos funcionais.

É importante, por outro lado, que as buscas sejam

autorizadas exclusivamente nos endereços de natureza residencial indicados na representação policial, considerando a existência de alvos que exercem atividades profissionais nas dependências do Congresso Nacional. A mesma restrição deve ser estendida aos endereços ainda pendentes de diligência, relativos a Marlon Wanderson Lima Barbosa, Vanderly Araújo de Carvalho e, especialmente, a Bruno Amaral Machado, que atua como secretário parlamentar.

A busca e apreensão em ambiente parlamentar federal importa significativa interferência de um Poder sobre a sede de outro Poder, tensionando o equilíbrio desejado entre eles. A interferência física sobre repartições do Congresso Nacional exige robustez de maior magnitude na descrição de fatos que convençam da sobrelevada relevância da medida para os fins da investigação, de sorte a que se distinga, com nitidez, o seu caráter indispensável. Não vejo nos autos, ao menos neste estágio das investigações, fatos expostos que atendam ao rigor com que a postulação da providência deve ser sopesada.”

Efetivamente, a solicitação está circunscrita às pessoas físicas vinculadas aos fatos investigados, e os locais da busca estão devidamente indicados, limitando-se aos endereços residenciais e profissionais apontados pela autoridade policial, não havendo solicitação no sentido de busca no interior do Congresso Nacional.

Neste sentido, os requisitos se mostram plenamente atendidos, pois evidenciada a necessidade da medida para o aprofundamento da investigação da associação criminosa centrada no Deputado Federal GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO e composta por seus assessores parlamentares e outros investigados, responsável, em tese, por condutas criminosas que lesaram e continuam a lesar o erário em diversas frentes de atuação.

8 – DISPOSITIVO

Diante do exposto, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DETERMINO:

(1) **A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR** de armas, munições, computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados aos fatos aqui descritos, em poder de:

ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA, CPF: 13717553372, endereço: Rua Aracaju, Quadra 43, Lote 34, Parque Araguari, Cidade Ocidental/GO, CEP 72885-236.

BRUNO AMARAL MACHADO, CPF: 019.370.171-50, endereço: Rua Abaeté, Quadra J, Lote 10, Água Branca, Goiânia/GO, CEP: 74723-020.

DENIS MARQUES SOARES BARBOSA, CPF: 050.917.061-78, endereço: Rua da Independência, Conj 3, Lt 1b C4, 00, 74.914-641, JD Imperial, Aparecida de Goiânia/GO.

GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO, CPF: 934.054.561-34, endereço: Rua Acapu, Quadra L3, Lote 4, Res. Alphaville Flamboyant, Goiânia/GO, CEP: 74884534; e imóvel funcional em Brasília, cujo endereço será fornecido pela Polícia Federal.

JOELSON PEREIRA MARTINS, CPF: 027.222.731-52, Rua das Acácias, Q9 L1A22 AP 403, BL2, Condomínio Villagio, 74913-110, PQR Primavera, Aparecida de Goiânia/GO.

JOSELENE MARIA SERGIA BASTOS, CPF: 41915259134, endereço: Av. "A" com a rua 804, quadra923,

PET 13033 / DF

lote 06/08, apto 101, Bloco D, Cond. Ed. João XXIII, número 1025, Setor Leste, Vila Nova, Goiânia/GO.

LINCOLN MACIEL BARROS, CPF: 00103997121, endereço: Rua 54, 142, Jardim Goiás, Apto 802 Torre 02 – Ed. Visage Actuelle, Goiânia/GO, 74810220.

MARLON WANDERSON LIMA BARBOSA, CPF: 032.738.441-75, endereço: Rua T-29, número 1.250, St Bueno, Goiânia/GO - CEP 74215-050.

MARTA MARIA GOMES DE CARVALHO, CPF: 044.212.241-11, Rua Aracaju, Quadra 43, Lote 34, Parque Araguari, Cidade Ocidental/GO, CEP: 72885.

MIOGRE TAVARES CORONHEIRO, CPF: 70170266168, endereço: Rua T, 65, n. 700, apto 108B, Ed. Tulipas – Setor Bueno, Goiânia/GO.

PRISCILLA ANDRADE MORALES, CPF: 72718552115, rua T, 65, n. 700, APTO 108B, Ed. Tulipas – Setor Bueno, Goiânia/GO.

RENAN DOS SANTOS GAMA, CPF: 056.246.131-05, R. 74, 656, Apto 201, ST. Central, Goiânia/GO.

STEFANI MAURICIO VIEIRA BRANCO, CPF: 864.937.601-00, Rua 6 A 25, 1004 A, Setor Oeste, CEP: 74115080, Goiânia/GO.

STEPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA, CPF: 710.791.871-03, Rua das Acácias, Q9 L1A22, AP. 403, BL. 2, Condomínio Villagio, CEP: 74913-110, PRQ Primavera, Aparecida de Goiânia/GO.

SUELI EDNA MACIEL, CPF: 41591810159, endereço:

avenida Tocantins, 251, Qd 65 Lt 02 Ap 303, Goiânia/GO.

TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA, CPF: 700.606.041-90, endereço: Rua H-87, Quadra 208, Lote 48, Cidade Vera Cruz, Aparecida de Goiânia, GO – CEP: 74936400.

VANDERLY ARAUJO DE CARVALHO, CPF: 223.153.141-00, endereço: Quadra 33, Lote 01, Condomínio Residencial Parque Bello Mare, Apartamento 401, Bloco H, Parque Esplanada II, Valparaíso de Goiás/GO, CEP 72878-012.

VILMA MARIA DE LIMA, CPF: 27702677104, endereço: Rua 70, Qd. 126, Lt 52, N512, Ed. Renata, apto 34 – Centro, Goiânia/GO.

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela autoridade policial:

(1.1) prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos (para o que deve adotar todas as medidas necessárias a verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados), bem assim determinação para que lhe franqueiem acesso, cópias ou apreensão dos registros de controle de ingresso nos endereços relacionados, caso existam;

(1.2) medidas de busca e apreensão em veículos automotores eventualmente encontrados no endereço e nos armários de garagem, quando as circunstâncias fáticas indicarem que o(a) investigado(a) faz uso de tais veículos, ainda que não estejam registrados em seu nome;

(1.3) acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive

serviços digitais de armazenamento 'em nuvem', ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos;

(1.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados 'em nuvem', registrando-se e preservando-se o código 'hash' dos arquivos eletrônicos;

(1.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

(2) A BUSCA E APREENSÃO PESSOAL de:

.ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA, CPF:
137.175.533-72;

.BRUNO AMARAL MACHADO, CPF: 019.370.171-50;

.DENIS MARQUES SOARES BARBOSA, CPF:
050.917.061-78;

.GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAUJO, CPF:
934.054.561-34;

.JOELSON PEREIRA MARTINS, CPF: 027.222.731-52;

.JOSELENE MARIA SERGIA BASTOS, CPF: 419.152.591-
34;

.LINCOLN MACIEL BARROS, CPF: 001.039.971-21;

.MARLON WANDERSON LIMA BARBOSA, CPF:
032.738.441-75;

.MARTA MARIA GOMES DE CARVALHO, CPF:
044.212.241-11;

.MIOGRE TAVARES CORONHEIRO, CPF: 701.702.661-68;

.PRISCILLA ANDRADE MORALES, CPF: 727.185.521-15;

.RENAN DOS SANTOS GAMA, CPF: 056.246.131-05;

.STEFANI MAURICIO VIEIRA BRANCO, CPF:
864.937.601-00;

.STEPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA, CPF:
710.791.871-03;

.SUELI EDNA MACIEL, CPF: 415.918.101-59;

.TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA, CPF: 700.606.041-90;

.VANDERLY ARAUJO DE CARVALHO, CPF: 223.153.141-
00;

.VILMA MARIA DE LIMA, CPF: 277.026.771-04.

Inclusive, para que, caso não se encontrem no local da realização da busca, proceda-se à apreensão de armas, munições, objetos e dispositivos eletrônicos de que tenha a posse, bem como a busca em quartos de hotéis, motéis e outras hospedagens temporárias onde os investigados tenham se instalado, caso estejam ausentes de suas residências.

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela

autoridade policial:

(2.1) busca pessoal e a apreensão de materiais em veículos automotores, caso os investigados estejam em deslocamento;

(2.2) realização de busca pessoal em desfavor de quaisquer pessoas sobre as quais, presentes no recinto no momento do cumprimento da ordem judicial, recaia suspeita de que estejam na posse de armas proibidas, objetos ou papéis que interessem à investigação (art. 240, § 2º, do Código de Processo Penal), bem como para o uso da força estritamente necessária para romper eventual obstáculo à execução dos mandados, inclusive o arrombamento de portas e cofres eventualmente existentes no endereço, caso os investigados não estejam no local ou se recusem a abri-los;

(2.3) autorização para o acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento 'em nuvem', ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos;

(2.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados 'em nuvem';

(2.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

PET 13033 / DF

Deverá a autoridade policial: (a) proceder à oitiva dos investigados, tão logo cumpridas as buscas e apreensões, observadas suas garantias constitucionais e legais; (b) identificar e proceder à oitiva de outros agentes com os quais os investigados tenham interagido mediante incitação e/ou cooptação para a prática dos crimes em apuração; (c) apresentar e gerar, quando da coleta e do armazenamento dos materiais em ambiente virtual, os códigos de verificação e de autenticação (códigos *hash*), com vistas à adequada manutenção da cadeia de custódia e à validade dos vestígios digitais; e (d) analisar o material e o conteúdo eletrônico apreendidos de forma prioritária, apresentando relatório parcial no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Decreto o SIGILO dos presentes autos, nos termos do artigo 230-C, § 2º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Expeça-se o necessário.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

ENCAMINHEM-SE OS AUTOS à Polícia Federal, para continuidade das investigações.

Cumpra-se.

Brasília, 18 de outubro de 2024.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente